

Estágio em ocupação estudantil: experiências na formação docente de geografia

Larissa Lima de Souza

Mestre em Geografia pela UERJ e professora de Geografia na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e na rede municipal de ensino de Duque de Caxias.

Resumo

A estratégia espacial de ocupação estudantil de unidades escolares da rede estadual de ensino (RJ) nos convida a repensar tanto a Educação Pública num sentido amplo, quanto a formação de professores e o significado atribuído ao estágio curricular nos cursos de Licenciatura. O presente artigo, nesse sentido, se debruça sobre reflexões geradas e problematizadas em nossa práxis educativa ao longo de uma experiência de estágio supervisionado coletivo desenvolvida, em 2016, por licenciandos do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) na ocupação do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (OcupaIEPIC), colégio da rede estadual localizado no município de Niterói.

Palavras-chave: Ocupação Estudantil; Estágio Curricular; Formação de professores de Geografia.

Abstract

Stage in student occupation: experiences in geography teachers' training

The students' spatial strategy of occupation of public schools in Rio de Janeiro state invites us to rethink both Public Education in a broad sense, as well as the training of teachers and the meaning attributed to the curricular stage in the graduation courses. The present article, in this sense, focuses on reflections generated and problematized in our educational praxis throughout an experience of supervised collective stage developed in 2016 by graduates of the course of Geography of the Fluminense Federal University (UFF) in the occupation of the Education Institute Professor Ismael Coutinho (OccupylEPIC), a college of the state network located in Niteroi.

Key-words: Student Occupation; Curricular Stage; Geography Teachers' Training.

Resumen

Pasantía en ocupación estudiantil: experiencias en la formación docente de geografía

La estrategia espacial de ocupación estudiantil de unidades escolares de la red estatal de enseñanza de Rio de Janeiro nos invita a repensar tanto la Educación Pública en un sentido amplio, en cuanto a la formación de profesores y el significado atribuido al estadio curricular en los cursos de Licenciatura. El presente artículo, en este sentido, se centra en reflexiones generadas y problematizadas en nuestra praxis educativa a lo largo de una experiencia de práctica supervisada colectiva desarrollada en 2016 por licenciandos del curso de Geografía de la Universidad Federal Fluminense (UFF) en la ocupación del Instituto de Educación Profesor Ismael Coutinho (OcupaIEPIC), colegio de la red estadual situado en el municipio de Niteroi.

Palabras clave: Ocupación Estudiantil; Estadio Curricular; Formación de profesores de Geografía.

Introdução

“Eu ponho fé é na fé da moçada/ Que não foge da fera, enfrenta o leão/
Eu vou à luta com essa juventude/ Que não corre da raia a troco de nada/
Eu vou no bloco dessa mocidade/ Que não tá na saudade e constroi/

A manhã desejada [...]” (E Vamos à Luta - Gonzaguinha)

O ano de 2016 nos trouxe grandes desafios e uma grata surpresa no que se refere à Educação Pública: a estratégia estudantil de ocupar escolas (estaduais e federais) como ferramenta de reivindicação por seus direitos. No ano anterior, São Paulo já havia vivenciado um processo de ocupação de mais de duzentas escolas, em protesto contra a “otimização” proposta pelo governo Alckmin.

No estado do Rio de Janeiro, no entanto, essa onda de ocupações estudantis (Fig.1) chegou no primeiro semestre de 2016, em um contexto de greve de professores da rede estadual de ensino (que duraria cerca de cinco meses) e de extrema precarização de unidades escolares. A primeira escola a ser ocupada por estudantes foi o Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, localizado na Ilha do Governador, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, em 21 de março daquele ano (MARTÍN, 2016).

No entanto, foi uma expansão concentrada espacialmente. Como podemos observar através do mapa abaixo, o número de escolas estaduais ocupadas foi maior na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente na capital, mas as ocupações estudantis também estiveram presentes em municípios do interior, como Mendes e Campos dos Goytacazes, por exemplo.

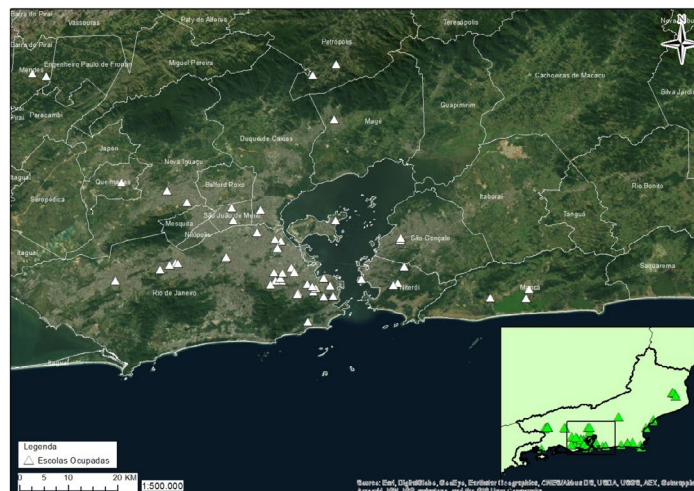


Figura 1 - Mapa de localização das UEs estaduais ocupadas no estado do Rio de Janeiro, Julho de 2016. Autor: Fabrício Augusto R. S. Andrade.

A estratégia espacial de ocupação estudantil de unidades escolares da rede estadual de ensino nos convida a repensar tanto a Educação Pública num sentido amplo, quanto a formação de professores e o próprio estágio obrigatório em cursos de Licenciatura. Em nosso caso, todas as reflexões desenvolvidas neste trabalho vinculam-se a nossa concomitante experiência, no ano de 2016, enquanto professora de Geografia da rede estadual de educação e professora substituta da disciplina *Pesquisa e Prática de Ensino de Geografia* (PPE) na Universidade Federal Fluminense, para estudantes do curso de Licenciatura em Geografia.

O presente artigo, nesse sentido, trata-se de uma sistematização de ideias – nunca totalmente fechadas – geradas e problematizadas em nossa práxis educativa ao longo de uma experiência de estágio supervisionado no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), ocorrida entre Maio e Julho de 2016, no município de Niterói¹. Além deste propósito inicial, este trabalho tem como objetivos:

- a) servir como um registro público de nossa experiência coletiva, divulgando as atividades desenvolvidas pelos licenciandos e ocupantes secundaristas;
- b) instigar seus leitores e suas leitoras a reexaminarem os desafios e as possibilidades da formação de professores de Geografia em um contexto de extrema mercantilização da Educação e de fortes ameaças à Geografia escolar e aos cursos de Licenciatura de Geografia devido às atuais “reformas” na Educação Básica, as quais, provavelmente, ocasionarão grandes mudanças nas Licenciaturas;
- c) discutir não somente a importância do estágio, mas salientar a necessidade de construirmos sua ressignificação no âmbito das Licenciaturas, e mais particularmente, da formação de professores de Geografia;
- d) compreender, qualitativamente, de que maneira a experiência de estágio coletivo em contexto de ocupação estudantil se distinguiu dos demais estágios realizados pelos licenciandos em Geografia e quais foram seus impactos na formação destes futuros professores.

Em nossa trilha investigativa, a vivência empírica nos proporcionou impor-

1 A experiência de supervisionar o estágio coletivo de licenciandos em Geografia contou, também, com a participação da professora de Lúcia Cavalieri, vinculada à Faculdade de Educação da UFF, e de sua turma de Pesquisa e Prática de Ensino de Geografia III, no período letivo 2016.1.

tantes fontes para a pesquisa qualitativa cujas reflexões serão desenvolvidas neste trabalho, como debates de textos acadêmicos e de documentos curriculares nas dependências da escola (com estudantes da UFF e do Curso Normal do IEPIC), conversas informais com os estudantes, registros fotográficos e relatos de estágio dos licenciandos.

Estes relatos de estágio foram solicitados como uma das avaliações de final de curso da disciplina Pesquisa e Prática de Ensino III, lecionada no primeiro período letivo de 2016, e contribuíram imensamente para nossa investigação a respeito do último objetivo exposto acima (*letra d*). Neste artigo, alguns trechos desses relatos foram transcritos; no entanto, optamos por preservar a identidade dos graduandos que os escreveram. Dessa maneira, todas as citações oriundas de relatos de estágio encontram-se apenas com as letras iniciais de seus autores. Ademais, os trabalhos completos podem ser acessados por outros pesquisadores no Laboratório de Ensino de Geografia² (LEGEO) da Faculdade de Educação da UFF (Campus Niterói).

Este trabalho é oriundo de olhar(es) qualitativo(s) em relação ao espaço escolar, à organização estudantil e à formação de professores de Geografia, construídos a partir da densidade de nossa *experiência* e (trans)formação ao longo de todo o período em que o IEPIC esteve ocupado e foi visitado por nós (graduandos e professoras). Bondía (2002) afirma que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca.” (BONDÍA, 2002, p. 21). É justamente o que nos passou que tentaremos detalhar neste trabalho.

Conhecendo e ocupando a primeira escola de formação de professores da América Latina

O colégio estadual visitado por nós localiza-se no bairro de São Domingos e apresenta uma particularidade importante para compreendermos o significado de sua ocupação pelos estudantes: trata-se da primeira escola de formação de professores da América Latina, fundada em 1835 como Escola Normal de Niterói. Considerada uma escola de referência e exercendo centralidade na região das Baixadas Litorâneas, e devido a sua proximidade com o Campus do Gragoatá, o qual abriga a Faculdade de Educação da UFF, o IEPIC é bastante procurado por licenciandos desta Universidade

2 O LEGEO localiza-se no Bloco D do Campus Gragoatá, no bairro de São Domingos. Para mais contatos, acessar: <http://www.uff.br/?q=setor/laboratorio-de-ensino-de-geografia-legeo>.

para a realização de estágios curriculares.

Considerando-se que muitos dos graduandos de Geografia, devido à migração pendular Casa-Universidade-Trabalho, só poderiam desenvolver seus estágios em escolas próximas à UFF e que seria mais difícil encontrar uma escola para tal devido à greve de docentes da rede estadual, a ocupação despertou certa aflição e, a partir disso, surgiram diversos questionamentos dos futuros professores, dentre os quais “Como vamos fazer estágio no IEPIC, que é próximo, se a escola está ocupada e com alguns professores em greve?”.

Como destaca o professor Cassiano Amorim, há uma representação bastante comum em relação aos estágios curriculares que configura um desafio à formação de professores sob uma ótica não burocratizada ou instrumental. Geralmente, o estágio é representado como “atividades que se resumem à observação de aulas e suas burocracias, expressas em assinaturas de termos de responsabilidade, planilhas de carga horária, avaliação do licenciando, etc.” (AMORIM, 2014, p. 13). Na perspectiva deste mesmo autor, tal representação vincula-se fortemente à “cultura formativa” (AMORIM, 2014, p. 13) no Brasil, a qual gera desafios à formação docente satisfatória, tais como “a incompatibilidade de dias e horários das atividades acadêmicas e da escola, trazendo dificuldades de horário e de turmas disponíveis na escola para acolher os estagiários” (AMORIM, 2014, p. 13). Tal situação desafiadora também foi vivenciada por nós, especialmente pela conjuntura em questão.

Após a decisão de visita à ocupação do IEPIC, durante nosso horário de aula da Universidade, e mediante o encantamento que sentimos, nos perguntamos: “E por que não experimentarmos um estágio *na* ocupação?”. Logo, surgiram outros questionamentos por parte dos licenciandos, os quais reproduziam a lógica da cultura de formação docente da qual nos fala Amorim (2014): “Como concluir o estágio sem a direção e professores de Geografia na escola para assinarem os documentos necessários?”. A princípio, para a maioria dos futuros docentes de Geografia, o mais importante do estágio eram os documentos assinados e carimbados.

Ao longo da experiência em tela, foram extremamente comuns os discursos inquietos a respeito do desenvolvimento do estágio “em outros termos”, ou seja, de maneira coletiva e construído a partir de uma situação de instabilidade que configurou a ocupação estudantil. Dentre as múltiplas possibilidades de entendimento acerca do estágio, concordamos com a perspectiva de Amélia Bezerra quando a autora afirma

que este momento de formação pode e deve ser uma “experiência de *pesquisa e reflexão* que possa contribuir com o saber-fazer, mas que, ao mesmo tempo, esteja aberta às *incertezas e dúvidas* que envolvem a formação” (BEZERRA, 2015, p. 32. Grifos nossos.).

Em nossa primeira visita ao IEPIC, em 19 de maio de 2016 (Fig.2), foi realizada uma roda de conversa na Sala de Artes – atividade previamente agendada junto à comissão cultural - para que os ocupantes se apresentassem e contassem um pouco da trajetória de seu movimento de ocupação, iniciado no dia 7 de abril do mesmo ano, bem como para que os licenciandos elaborassem questionamentos sobre o cotidiano da ocupação, as estratégias estudantis, entre outros aspectos.

Neste primeiro encontro, os ocupantes presentes reforçaram o caráter apartidário do movimento de ocupação e citaram como inspiração para se organizarem a visita realizada ao C.E. Mendes de Moraes. Os ocupantes nos explicaram, também, como funcionava a organização estudantil em comissões (de limpeza, de segurança, de eventos, de alimentação [inclusive, vegana], entre outras) e assembleias para as decisões importantes.

Este também foi o momento de exposição das principais reivindicações do grupo, tais como: *melhor uso dos espaços ao ar livre* presentes na escola; *fim da avaliação externa conhecida como Saerjinho*; *eleição direta para diretores* das unidades escolares; *garantia do passe livre estudantil*, especialmente para os ocupantes normalistas, os quais estudam em dois turnos e realizam, além do trajeto casa-escola-casa, o trajeto para a escola em que realizam seu estágio de formação docente. Tão importante é a importância do passe para os estudantes - sobretudo para os normalistas, os quais integram a maior parte dos membros do OcupaIEPIC - que o Governo do Estado, como estratégia para pressionar o fim das ocupações³, porém argumentando ser motivado pela “ausência de aulas” nas escolas ocupadas, cortou provisoriamente o Rio Card, cartão que fornece cinco passagens diárias para cada estudante matriculado na rede estadual de educação.

3 Tal estratégia foi documentada a partir da matéria de RODRIGUES (2016) para o jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/governo-do-rj-corta-riocard-para-pressionar-escolas-ocupadas/>>. Acesso em 10/12/2017.”



Figura 2 - Primeira visita das turmas de Pesquisa e Prática de Ensino III ao IEPIC. Foto: Lúcia Cavaliéri⁴.

Essa estratégia espacial de desarticulação estudantil, de fato, gerou repercussões negativas no OcupaIEPIC, como a redução do número de ocupantes, mas também motivou os que resistiram por mais tempo a buscar outros meios para garantir a continuidade de sua participação no movimento.

A primeira visita ao colégio logo nos remeteu aos conceitos geográficos de *território* e *territorialidade*, utilizados neste trabalho a partir das acepções integradoras de Haesbaert (2004). Em sua concepção, o *território* combina materialidade e simbolismo, podendo ser configurado a partir da lógica de “domínio” (político-econômico) e/ou de “apropriação” (simbólico-cultural) de determinada porção do espaço pelos grupos sociais. O processo de constituição de territórios – territorialização – sempre envolve variadas “relações de poder”, assim como diferentes “estratégias” e “agenciamentos” com intuito de manter sua dominação e/ou sua apropriação, as quais conhecemos na Geografia como *territorialidades* (HAESBAERT, 2004). Nesse sentido, o território é *resultado de e condição para* a permanência ou a transformação das relações de poder. Ademais, os territórios nem sempre possuem limites visíveis e/ou fixos, assim como não devem ser entendidos simplesmente como espaços isolados dos demais, já que é

4 Agradecemos à autora pela permissão de publicar a imagem no presente artigo. Estendemos os agradecimentos pela autorização do uso de suas imagens nesta publicação aos então licenciados Matheus, Débora, Bárbara, Antonia, Carolina, Allan, Jean, Jéssica e Victor e aos ex-ocupantes Luana, Larissa, Sarah e João Paulo.

imprescindível para sua existência certa “estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

O espaço escolar ao longo do OcupaIEPIC pode ser entendido a partir desses conceitos, pois evidenciou: 1- *diversas estratégias espaciais de controle de acesso e permanência no espaço escolar* (agendamento prévio de visitação, um livro de assinaturas contando com nome, instituição, horário de entrada e de saída dos ocupantes e visitantes)⁵; 2- *a condição de instabilidade da ocupação e de seu cotidiano* (através dos relatos acerca de ameaças e pressões diversas – da Polícia Militar, da mídia, dos familiares, dos estudantes contrários à ocupação [Movimento Desocupa], da equipe diretiva e de alguns professores- , assim como da dependência de doações de alimentos, itens de higiene etc.); 3- *a articulação em rede* (real e virtual) com demais escolas estaduais ocupadas, universidades públicas e outros agentes sociais. O fato de, a partir da ocupação, terem acesso a partes da escola que antes ficavam simplesmente trancadas, levou os estudantes a descobrirem instrumentos musicais e materiais didáticos novos e nunca utilizados, o que os levou a afirmar que desconheciam sua própria escola antes de ocuparem-na⁶, fato que chamou atenção de muitos licenciandos e gerou ricas reflexões em muitos dos relatos de estágio avaliados por nós.

Construindo coletivamente o estágio

A atividade de estágio coletivo no IEPIC envolveu duas turmas de Pesquisa e Prática de Ensino de Geografia III e alguns discentes matriculados em Pesquisa e Prática de Ensino de Geografia II, ambas vinculadas à Faculdade de Educação da UFF. A primeira destas disciplinas aborda, principalmente, conteúdos e práticas relacionados a *processos de ensino-aprendizagem, planejamento escolar e avaliação*. Nesse sentido, também é basilar a discussão acerca do conceito de *currículo* e seus variados significados, suas práticas, metodologias e intencionalidades. Já a segunda disciplina se envereda pelas relações entre *poder, colonialidade e autonomia* para compreensão do que é currículo e como se constroem os chamados *documentos curriculares* da Geografia; discutimos no âmbito desta última disciplina, também, distintas concepções teórico-

5 O jornal espanhol El País, após visita à escola, chegou a comparar os ocupantes do IEPIC a “sentinelas romanos” (SASTRE, 2016) pelo fato de haver uma comissão de segurança na entrada da escola dia e noite. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2016/05/19/planeta-futuro/1463655228_391948.html?>. Acesso em 02/12/2017.

6 Esta denúncia foi feita por ocupantes em nossa primeira visita ao IEPIC.

-metodológicas e sua relação com o processo de ensino-aprendizagem de Geografia.

No intuito de construir uma relação não hierárquica entre docentes da universidade, futuros professores e estudantes da ocupação, através de vínculos que favorecessem um processo de formação coletiva significativo, acolhedor e – por que não? – transformador, nos deparamos exatamente com os desafios apontados por Landim Neto e Barbosa (2012) ao afirmarem que:

A prática educativa expressa de forma horizontal requer maior compromisso e mais responsabilidade de todos os envolvidos, fomentando a oportunidade de elaboração coletiva de aprendizados que vão além da apreensão dos teores, ao proporcionar o exercício de valores democráticos e de relações sociais que estimulem a participação politizada. Uma educação proposta para a emancipação humana não pode deixar de debater fatores sociais, políticos e econômicos, interferentes por via direta no cotidiano das pessoas. (LANDIM NETO; BARBOSA, 2012, p.149)

Como se construíram, então, as atividades de PPE num contexto de ocupação estudantil de uma escola pública? As professoras de ambas as disciplinas decidiram unir suas turmas e desenvolver um processo de investigação que contemplasse os anseios dos licenciandos de compreender melhor como funcionava uma escola ocupada e, da mesma maneira, que contribuísse para fortalecer o OcupaIEPIC. Ou seja, pretendíamos que pesquisa e prática de ensino, de fato, caminhassem juntas e que, a partir do interesse dos ocupantes, nosso apoio através de atividades diversificadas auxiliasse a prolongar, o máximo possível, o processo de ocupação. O próprio estágio passou a ter de conviver com o “fator surpresa” relacionado à instabilidade da ocupação, pois a cada semana não sabíamos se o colégio permaneceria ocupado, se os docentes da rede estadual permaneceriam em greve, entre outras inquietações.

A partir da troca de saberes com os ocupantes, os estagiários e as professoras de PPE responsáveis pelo grupo desenvolveram diversas atividades ao longo do estágio supervisionado tais como: rodas de conversa; debates e reuniões de orientação sobre Projeto Político-Pedagógico; reabilitação da horta escolar e construção de minhocário; jornal/fanzine, oficina de pintura, entre outras. A maioria destas atividades coletivas desenvolvidas ocorreu no nosso horário de aula da disciplina de Pesquisa e Prática de Ensino, estratégia encontrada para que os licenciandos apresentassem o mínimo de dificuldades em cumprir com seriedade o estágio curricular.

Discutindo e (re)construindo o planejamento escolar

Acompanhar uma ocupação estudantil como parte do estágio supervisionado de licenciandos de Geografia nos trouxe o desafio de repensar o papel do *planejamento curricular* na formação e na atuação docentes. Falo em desafio, pois o planejamento da disciplina *Pesquisa e Prática de Ensino* teve de ser pensado e praticado a partir de nossos objetivos relacionados à construção de uma perspectiva humanizadora e transgressora em relação ao espaço escolar, à Geografia escolar e à educação pública de maneira mais ampla. Neste artigo, abordaremos três tópicos discutidos por nós ao longo da disciplina em questão e do estágio coletivo no IEPIC que envolvem o processo de compreensão do que é e pra que(m) serve o planejamento escolar.

O primeiro encontro para discutirmos Planejamento ocorreu em 31/05/2016 na Sala “Griot” do IEPIC. O ambiente físico, com diversas esteiras de palha, nos convidava a adotar outra postura. Retiramos nossos sapatos e nos sentamos em círculo sobre as esteiras. Nossa primeira aula/roda de conversa sobre Projeto Político-Pedagógico, então, ocorreu de maneira agradável, convidativa ao encontro e à troca de saberes entre docentes da Licenciatura e futuros professores (licenciandos e normalistas). A maioria dos poucos ocupantes presentes era composta por normalistas as quais desconheciam o que era um PPP e sua função – um dos motivos para que não realizássemos a aula nas dependências da UFF e nos dirigíssemos ao IEPIC para tal.

O texto discutido foi *Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma Relação Regulatória ou Emancipatória?*, cuja autora, inspirada na obra de Boaventura de Sousa Santos, vai pensar o Projeto Político Pedagógico a partir de duas vertentes de inovação: uma regulatória e outra emancipatória. Na primeira, o PPP é compreendido como uma alternativa de gestão do tipo empresarial, centrada no serviço ao cliente – comumente a partir de ideias como produtividade, metas, competências, controle burocrático, equilíbrio – e se constitui enquanto “um documento pronto e acabado” o qual “nega a diversidade de interesses e de atores” (VEIGA, 2003, p. 271).

Já sob a perspectiva emancipatória, o PPP causa verdadeiras “rupturas epistemológicas”, tal qual nos expõe Veiga (2003, p. 275), pois questiona estruturas de poder na escola, busca superar a separação entre as ciências, volta-se à inclusão e favorece o diálogo e a cooperação horizontal entre distintos sujeitos do espaço escolar (professores, estudantes, técnicos, diretores etc.). Sua legitimidade, ademais, relaciona-se ao grau de participação dos envolvidos em sua elaboração, implementação e avaliação (VEIGA, 2003).

Após este primeiro debate, os ocupantes buscaram junto à direção escolar o PPP mais recente para que pudéssemos, coletivamente, pormenorizá-lo e, posteriormente, os ocupantes e a comunidade escolar pudessem atualizá-lo. Em nossa concepção, as reivindicações dos ocupantes poderiam motivar a comunidade escolar a construir um novo Projeto Político-Pedagógico, com viés de fato emancipatório, visto que ponderavam desde práticas pedagógicas excludentes comuns no cotidiano escolar (relação professor-alunos hierarquicamente construídas; discriminação contra alunas que já eram mães e estudantes membros da comunidade LGBT, etc.) até questionamentos acerca da intencionalidade e tipos de conteúdos que eram obrigados a aprender na escola e os que ficavam de fora, mas que lhes faziam mais sentido.

A discussão sobre o texto de Ilma Veiga foi o pontapé inicial para os outros encontros e debates sobre a função estratégica do PPP na emancipação de uma escola e seus sujeitos, assim como sobre os elementos constitutivos que devem constar neste documento e como pode ser construído um projeto político-pedagógico. No dia 09 de Junho de 2016, recebemos (docentes, graduandos em Geografia e ocupantes), novamente na Sala de Artes do IEPIC, o professor de Geografia Giam Miceli para uma *Roda de Conversa sobre PPP* (Figura 3).

Nossa intenção em convidar o professor Giam para a referida roda de conversa era, primeiramente, fornecer um intercâmbio de saberes entre licenciandos, ocupantes (maioria normalista) e um profissional que já atuasse na Educação Básica.



Figura 3 – Professor Giam Miceli (ao centro da foto), em Roda de Conserva sobre Projeto Político Pedagógico no OcupaIEPIC⁷. Fonte: A autora.

7 Agradecemos ao professor Giam Miceli (ao centro da fotografia), à professora Lúcia Cavallieri e aos ex-ocupantes Sarah, Ariel, e Gabriel por nos permitirem a publicação de suas imagens no presente artigo.

Em segundo lugar, permitir que o docente de Geografia compartilhasse sua experiência ao longo da elaboração do PPP de sua escola da rede municipal de educação de Itaboraí, E.M. Luzia Gomes de Oliveira, contribuindo para uma compreensão mais precisa acerca do jogo de forças envolto neste documento, assim como para os futuros professores conhecerem melhor como se pode construir um Projeto Político-Pedagógico em suas futuras escolas – no caso dos ocupantes, como se articularem para construir um PPP emancipatório (Veiga, 2003) após a ocupação do IEPIC. Enfim, para que, na formação profissional coletiva de quem participava daquela conversa, houvesse o entendimento de ambas as dimensões essenciais e indissociáveis de um PPP – a pedagógica e a política.

A contribuição de Giam foi imensa, pois ele abordou desde as *características básicas* de um PPP, as *vantagens* de se construir coletivamente esse documento (evitar abusos de direções de escola e o reforço da identidade local, por exemplo), a *divisão do texto* do PPP, até as *dificuldades encontradas* no processo de sua elaboração, especialmente o desinteresse de colegas de profissão e a burocratização do trabalho docente e da rotina escolar.

Os ocupantes, após contato com a direção do colégio, verificaram que o PPP do IEPIC disponível para consulta pública era da década de 1980 e que o mais recente “havia sido emprestado para algum aluno que não devolveu à direção da escola” – de acordo com informações fornecidas pela própria equipe diretiva aos estudantes. Em nenhum momento, disponibilizaram uma versão atualizada em meio digital, o que nos pareceu, no mínimo, “curioso”, visto que o PPP é um documento de caráter público.

Um dos grupos de estagiários planejou uma atividade de dois dias, convocando ocupantes e docentes do IEPIC para repensarem seu PPP. No primeiro dia, realizaram uma dinâmica “FOFA” a respeito da ocupação e do colégio como um todo. O objetivo era compreender e debater quatro contextos da escola: F-Força (pontos positivos da ocupação); O-Oportunidades (oportunidades mediante a ocupação); F-Fraquezas da ocupação/escola; e A-Ameaças para a ocupação. Tal debate seria base para a atualização do PPP do IEPIC. Já no segundo dia, exibiu-se o filme “*Vocacional: uma aventura humana*”, que trata da experiência de inovação pedagógica dos ginásios vocacionais de São Paulo, e, posteriormente, promoveu-se um debate com ocupantes e seus professores presentes.

Além do estágio nestes termos ter favorecido a compreensão da importância

e da estrutura de um Projeto Político-Pedagógico, também trouxe aos licenciandos o desafio de lidarem com imprevistos e a necessidade de replanejamento das atividades pedagógicas cotidianas. Acerca dos modelos de instrução de como se planejar, Sacristán afirma que sua validade depende não somente das ações tecnologicamente estruturadas, mas também da “criatividade como prática deliberativa em contextos reais” (SACRISTÁN, 2000, p. 287). Criatividade que transforma o estágio verdadeiramente em um conjunto de “momentos de reflexão-ação-reflexão”, tal qual assinala Amorim (2014, p. 2), e que precisou ser trabalhada pelos licenciandos ao longo do processo de planejamento de oficinas com os ocupantes, como exposto no relato a seguir:

Dentre os temas possíveis de serem trabalhados, foi escolhido o tema cartografia, onde a proposta seria a de confeccionar um mapa com as escolas ocupadas no estado e na região metropolitana do Rio de Janeiro. Inicialmente a proposta era que a criação do mapa fosse feita por estudantes com auxílio de geógrafos estudantes da UFF, na própria escola; entretanto uma conversa com dois estudantes e militantes do movimento de ocupação nos mostrou que isso não seria possível por falta de estrutura na escola (acesso aos computadores e Wi-Fi). Como proposta alternativa, foi pensado em levar os estudantes para os laboratórios de informática da UFF, esta proposta também foi desconsiderada devido ao fato de estar passando um momento de tensão no movimento, onde o esvaziamento do espaço da escola poderia representar uma possível ameaça à ocupação, já que criaria um momento propício para que movimentos e forças que desejam o fim da ocupação pudessem agir a fim de ‘desocupar’ a escola e enfraquecer uma das frentes da luta pela educação que este movimento representa. A solução final fora a criação do mapa pelos estudantes de PPE e este seria exposto em um jornal criado por outro projeto também pertencente a esta avaliação, que seria entregue aos alunos da escola. O mapa tinha como objetivo servir como ferramenta de luta para os estudantes militantes. Uma forma de localizar a luta espacialmente. Uma forma de visualizar áreas onde o movimento tinha e onde não tinha força. Questionar o porque daquele arranjo. E todas as outras análises e planejamentos que podem ser feitos sobre este poderoso instrumento de guerra, de luta e de resistência, o mapa⁸. (F.A, em seu relato de vivência de estágio, 2016.)

Um dos maiores pontos positivos do processo de estágio coletivo foi a oportunidade que os licenciandos tiveram de lidar com os imprevistos comuns ao cotidiano da escola pública para que as atividades de ensino planejadas fossem satisfatórias ou

8 O mapa a que se refere o relato é o disponível na Figura 1 deste artigo, com a espacialização das escolas ocupadas no estado do Rio de Janeiro no ano de 2016. O mesmo mapa foi elaborado para o Jornal/Fanzine distribuído durante o evento “Mega Sarau IEPIC”, ocorrido no espaço da escola em 16 de Julho de 2016. Aproveitamos para agradecer ao autor pela permissão de publicá-lo no presente artigo.

mesmo para aprender com as dificuldades e, inclusive, com a sensação de frustração – como ocorrido com o grupo do *graffiti*, o qual necessitou se replanejar diversas vezes devido às dificuldades de contato com algum profissional externo para fornecer a oficina e de arrecadação de recursos financeiros para a aquisição de tintas e pinceis, por exemplo.

Estreitando laços entre universidade e escola

Em relação a tal *experiência* de supervisionar o estágio coletivo de licenciandos de Geografia, poderia citar alguns outros aspectos relevantes, tais como: em certa medida, desburocratizou-se o estágio, permitindo-se que os próprios ocupantes nos sinalizassem os alunos de PPE que, de fato, estavam comparecendo e desenvolvendo as atividades planejadas na ocupação; muitos graduandos tiveram a oportunidade de desmistificar o imaginário que, no senso comum, com o reforço da mídia, é geralmente relacionado aos estudantes de escolas públicas. Diversos graduandos, em sua maioria oriundos de escolas privadas, compartilharam em conversas informais conosco, assim como a partir dos relatos finais, que se surpreenderam com os ocupantes e com a escola pública, como podemos verificar no trecho abaixo:

[...] a organização impecável, o nível das discussões e o vigor que presenciei me impressionaram demasiado. Caiu por terra, ali, a falácia de que os adolescentes não “querem nada”, não querem assumir responsabilidades e estão preguiçosamente conformados. (G.G., em seu relato de vivência de estágio, 2016.)

Desde o primeiro dia de estágio no IEPIC, os ocupantes explicaram suas estratégias de territorialização do espaço escolar e citaram como suas inspirações o mestre Paulo Freire e a Escola da Ponte, por exemplo. Ou seja, os estudantes do IEPIC eram organizados, conectados a redes de ocupantes de outras escolas, politizados e bem embasados em termos de referências educacionais para realizarem a empreitada de ocuparem sua unidade escolar (Fig.4), assim como de reivindicarem suas pautas junto a órgãos governamentais e à grande mídia; conjunto de características que não figura no imaginário elitista sobre os estudantes de escolas da rede estadual de ensino.



Figura 4 - Mensagem escrita por ocupantes em um dos muros da horta do IEPIC. Foto: A autora.

Além disso, construímos uma relação de confiança que se desdobrou em um intercâmbio de conhecimento através de algumas atividades, entre as quais destacaríamos:

- A primeira, ainda durante a ocupação, foi a *revitalização da horta escolar*, anteriormente trancada, abandonada e repleta de entulhos, por licenciandos e alguns ocupantes. Nosso objetivo era possibilitar a utilização de verduras, legumes e temperos na cozinha da escola, mas também algumas espécies com propriedades medicinais. Após o mutirão de limpeza, os licenciandos manejaram o solo dos canteiros, plantaram sementes e mudas que possuíam em casa e separaram uma área para compostagem natural. Ao todo, foram plantadas ao menos 18 espécies diferentes no espaço da horta escolar⁹. Posteriormente, construiu-se um minhocário para a escola; e, no dia 30/06/2016, alguns estudantes do IEPIC tiveram a oportunidade de conhecer a Horta da Moradia Estudantil da UFF e aprender um pouco mais sobre o funcionamento e os cuidados necessários com um minhocário, para que pudessem dar continuidade aos trabalhos na escola e reduzissem o lixo orgânico produzido em seu refeitório.

A horta foi destacada por alguns licenciandos como um espaço de “sociabilida-

⁹ Alho, cebola, salsa, hortelã, hortelã pimenta, cenoura, beterraba, couve-flor, rúcula, alface, tomate, abacaxi, bananeira (nanica), erva cidreira, boldo do chile, mertiolate, taioba e babosa. Os demais registros fotográficos do processo de revitalização da horta escolar realizados por licenciandos do curso de Geografia da UFF encontram-se disponíveis para consulta no arquivo do LEGEO – UFF.

de” com “capacidade agregadora” e valorizado – ao menos verbalmente – por todos os sujeitos do espaço escolar, ganhando um “novo valor simbólico”; no entanto, simultaneamente, despertava certo “estranhamento” e “desprezo” devido ao trabalho manual, o que resultou em uma constante visitação por parte de estudantes, funcionários e docentes da escola, mas com pouca participação ativa e estável¹⁰.



Figura 5 - Plantio de hortelã pimenta e bananeira nanica, além do horto medicinal, na horta do IEPIC registrado em 23 de Junho de 2016. Autor: Jéssica Santana¹¹.

- A segunda, já finda a ocupação, foi o *OcupaIGeo*, em que alguns estudantes do Curso Normal e Ensino Fundamental II do IEPIC foram convidados a compor uma mesa redonda no Instituto de Geociências da UFF, organizada por mim e Lúcia Cavalieri, pelos professores José Carlos Milléo, Flavia Martins e seus respectivos bolsistas do PIBID. Na ocasião, os ex-ocupantes contaram um pouco sobre suas experiências, instigaram reflexões sobre Educação, relações de poder no espaço escolar e protagonismo estudantil, também contribuindo para a formação de dezenas de graduandos em Geografia.
- Já a terceira foi a participação das professoras de PPE III em uma mesa redonda no evento *Diálogos Pedagógicos*, em novembro de 2016, organizado e voltado especialmente por/para estudantes do Curso Normal do IEPIC. Na ocasião,

10 Caracterização presente nos relatos finais de vivência de quatro licenciandos envolvidos mais diretamente no manejo da horta. Todos os relatos encontram-se disponíveis no arquivo do LE-GEO.

11 Agradecemos à autora pela permissão de publicar a imagem no presente artigo.

apresentamos reflexões cujo objetivo era desconstruir as propagandas oficiais do MEC sobre a BNCC e o chamado Novo Ensino Médio, denunciando o interesse de grandes conglomerados educacionais, que serão os maiores beneficiários dessas reformas educacionais. A atividade contou com a presença de normalistas, professores do IEPIC e licenciandos da Geografia-UFF.

Para o encerramento do estágio, alguns dos grupos de licenciandos possuíam como objetivo entregar suas contribuições através de um Jornal/Fanzine durante um sarau aberto à comunidade ocorrido na ocupação. Por um lado, a confecção do jornal trouxe os desafios da pesquisa qualitativa e seus métodos, da transcrição e da seleção de entrevistas realizadas com ocupantes e da desorganização de alguns licenciandos para desenvolver trabalhos em grupo; por outro, o fanzine trouxe a possibilidade de aprendizado de outras linguagens, além da concretização do direito de resposta dos ocupantes a algumas notícias depreciativas publicadas pela mídia local¹² e, claro, serviu como registro de parte da trajetória do OcupaIEPIC. Neste pequeno jornal, também foi publicado o mapa das ocupações no estado do Rio de Janeiro (Fig.1), espacializando a luta estudantil.

Outros licenciandos contribuíram para a festa/sarau através da elaboração de cartazes cuja temática “Memória Ocupa IEPIC” serviria não apenas para decorar o colégio, mas, sobretudo, para (re)memorar e conferir significação à luta estudantil. Tal atividade, realizada na Faculdade de Educação da UFF, poderia ser vista como demasiado simples; no entanto, nos revelou a densidade simbólica da vivência em uma escola ocupada. Na ocasião, convidamos cada licenciando presente a registrar nas cartolinas palavras, expressões ou frases que, em sua concepção, representassem a ocupação do IEPIC. Nesta oportunidade, surgiram termos vinculados, sobretudo, a *condutas* e *posicionamentos* (Fig.6), tais como: “senso crítico”, “amadurecimento”, “autonomia”, “protagonismo”, “pensamento coletivo”, entre outros.

Da mesma maneira, muitos dos significados atribuídos à memória da ocupação se conectam com a noção de experiência forjada por Bondía (2002), para quem

12 Especialmente as publicações do jornal O Fluminense a respeito do boato de que estudantes do IEPIC estariam se organizando para “invadir” o Liceu Nilo Peçanha, no Centro de Niterói. De acordo com ocupantes do IEPIC, o boato prejudicou bastante a imagem do OcupaIEPIC, levando a um esvaziamento da ocupação (GALLEANO, 2016) Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/liceu-rema-contramar%C3%A9-das-ocupa%C3%A7%C3%B5es>> Acesso em 14 Set. 2017.”

Tal referência já se encontra na bibliografia.

experiência é travessia, é percorrer o desconhecido, é experimentar e se expor ao risco, se deixar afetar, o que permite nossa formação ou transformação.

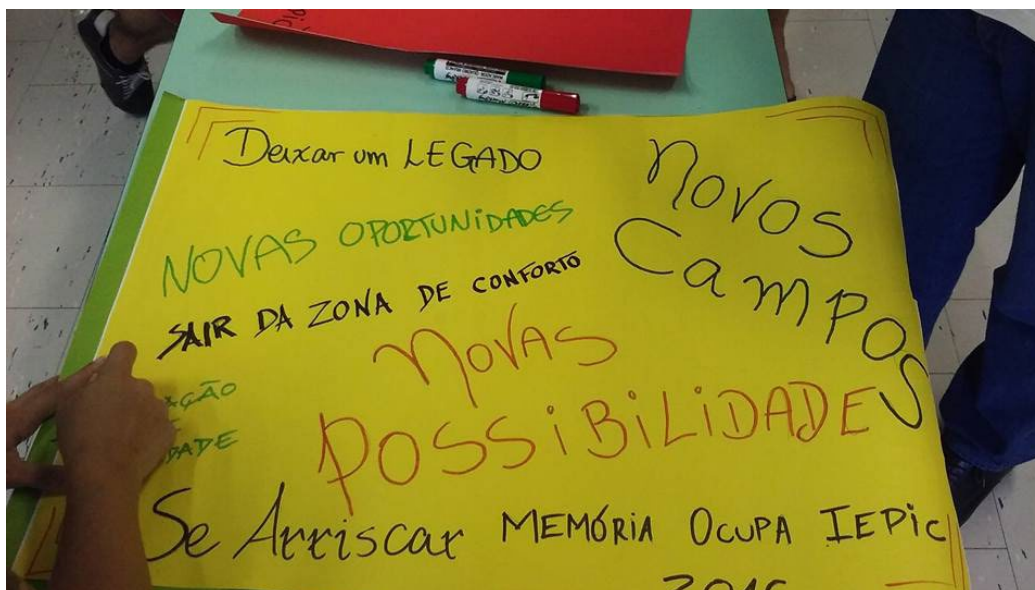


Figura 6 - Oficina de confecção de cartazes para a Festa “Memória Ocupa IEPIC 2016”. Foto: a autora.

Considerações e reflexões finais

De uma visita instigante para conhecer os ocupantes e sua organização, aos poucos nos vimos envoltos em uma construção coletiva do estágio, experiência (Bondía, 2002) inigualável e extremamente enriquecedora para a formação docente e discente.

Ocupar o espaço escolar foi uma singular estratégia de reivindicação de direitos estudantis, pois se constituiu enquanto *territorialidade* (Haesbaert, 2004) para que os estudantes, de fato, o conhecessem e dele se apropriassem simbólico-culturalmente. Se, por um lado, o espaço escolar ocupado pode ser visto como *território*, uma vez que é disputado e negociado por distintos sujeitos; por outro, também pode ser pensado como convidativo à “familiaridade” a partir das “experiências”, das “inter-relações”, do “envolvimento”, da “intimidade” (Oliveira, 2012), permitindo-nos afirmar que o estágio coletivo desenvolvido no OcupaIEPIC garantiu um reencontro de ocupantes e licenciandos com o *sentido de lugar* (Oliveira, 2012) que a escola pode carregar, como pudemos apurar através de relatos de estágio, conversas informais e de nossa própria atuação docente.

Ao longo da vivência, aprendemos e nos fortalecemos mutuamente, criando uma rede de apoio mais que necessária a quem resiste a uma “lógica de destruição generalizada da experiência” (Bondía, 2002, p.23) implantada pelos aparatos educacionais. Um dos aprendizados foi esse caráter de agregação e identificação que a escola – ou partes dela – pode apresentar, além de conteúdos atitudinais inspirados pelos ocupantes, como determinação, comprometimento, transgressão, sensibilidade, cooperação, organização, etc.

Além disso, o fato de os licenciandos conhecerem a escola em que realizariam o estágio coletivo a partir do olhar dos ocupantes, estudantes dos níveis Fundamental II e Médio (especialmente do Curso Normal) – ao invés de o fazerem ao acompanhar um professor regente de Geografia –, lhes forneceu outra perspectiva de entendimento a respeito das relações de poder e do funcionamento do espaço escolar em sua complexidade, inclusive no que se refere ao vínculo entre ideários/projetos de Educação, significações e usos do espaço escolar.

O estágio supervisionado para os graduandos é um momento de compreensão e investigação do/no cotidiano escolar. Na perspectiva de futuros professores que aliem pesquisa e docência, realizar o estágio nesses novos moldes representou a possibilidade de (trans)formação e aprendizado mútuos, a partir de encontros, afetos, reflexões, experimentações e, quando foi necessário, de mudança de práticas e estratégias pedagógicas. Aprendemos coletivamente que “a luta também educa” e forma professoras e professores.

Referências bibliográficas

AMORIM, C. C. Formação de professores: experiências, práticas docentes e saberes em geografia escolar. *Cadernos ANPAE*, v. 18, p. 01-12, 2014.

BEZERRA, A. C. A. Experiência, pesquisa e processos formativos na Licenciatura em Geografia. In: BEZERRA, A. C. A.; JANER, J.; FORTUNA, D. (orgs.). *Formação de professores de Geografia: diversidade, práticas e experiências*. Niterói: Eduff, 2015. p. 31-50.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-8, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/>

rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acessado em: 25/05/2017.

GALLEANO, C. Liceu rema contra a maré das ocupações. *O Fluminense*, Niterói, 12 maio 2016. Coluna Cidades.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LANDIM NETO, F. O.; BARBOSA, M. E. S. Desafios na formação inicial do professor de Geografia: reflexões acerca da teoria e da prática. *Geosul*, Florianópolis, v. 27, n. 53, p 139-61, jan./jun. 2012.

MARTÍN, M. Escolas ocupadas já são 65 no Rio e Estado enfrenta impasse na negociação. *El País Brasil*, Rio de Janeiro, 2 maio 2016. Coluna Protesto Estudantil.

OLIVEIRA, L. O sentido do lugar. In: MARANDOLA JUNIOR, E.; HOLZER, W; OLIVEIRA, L. (orgs.). *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 3-16.

RJ tem 14 escolas ocupadas, diz secretaria de educação. *G1*. Rio de Janeiro, 9 abr. 2016.

RODRIGUES, F. Governo do RJ corta Riocard para pressionar escolas ocupadas. *Brasil de Fato*, Rio de Janeiro, 13 maio 2016. Coluna Educação em crise.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3ed. Porto Alegre: Art-Med, 2000.

SASTRE, P. M. *Río de Janeiro lucha por una educación pública de calidad*. El País. Rio de Janeiro, 20 maio 2016. Coluna Educación.

VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma Relação Regulatória ou Emancipatória? *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.

Submissão: 23-04-2018

Aceite: 29-06-2018